

# Correspondências e Dinâmicas entre o Setor das Ervas no Mercado Ver-o-Peso com o Contexto Urbano.<sup>1</sup>

Laura Carolina Vieira – UFPA

**Palavras-chave:** Saber Tradicional; Urbano; Ver-o-Peso.

## 1. Introdução

O presente estudo vincula considerações elaboradas a partir da pesquisa de dissertação em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Com base em observação participante e entrevistas semi-estruturadas produzidas no primeiro semestre de 2018, pondera sobre as relações do Setor das Ervas, presente no Complexo do Ver-o-Peso em Belém/PA, com a cidade e seus aspectos de urbanização. São consideradas as relações entre os saberes tradicionais encontrados no setor por meio da proposta etnoecológica e as situações de consumo e redirecionamento a partir do ambiente citadino e urbano.

## 2. O Ver-o-Peso em seu desenvolvimento

O Ver-o-Peso é considerado o maior complexo de feira livre da América Latina, localizado às margens da baía de Guajará na capital do Estado do Pará, Belém. Está situado na região histórica da cidade, confunde-se com o desenvolvimento dessa. Em seu entorno estão as primeiras igrejas, casarios, portos, estabelecimentos comerciais e governamentais.

Presente desde o século XVII, a consolidação de sua estrutura aconteceu após o aterramento do igarapé do Piri. Essa região<sup>2</sup>, valorizada com o período da borracha no meio do século XIX se configurou como um espaço de circulação das elites locais, sendo o Ver-o-Peso a feira central da cidade. Seus produtos chegavam via fluvial: meio de conexão entre as demais localidades e regiões, amazônicas ou mesmo estrangeiras. Nesse momento, a vida urbana se associava imediatamente aos rios (MEDEIROS, 2010).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Compreendida atualmente principalmente pelos bairros da Cidade Velha e Campina; naquele momento chamados de Cidade e Campina.

A partir da metade do século XX, iniciou-se um processo de intensificação do comércio, sociabilidades e práticas populares, que resultaram no afastamento da então elite para o interior da cidade (TRINDADE JUNIOR, 2018). Tal configuração abriu portas para que o comércio da região começasse a atender as necessidades das classes populares, retirando o caráter elitista do local. Mesmo hoje, o Ver-o-Peso e o comércio nas ruas e travessas próximas, sejam em lojas ou barracas, continuam associados ao circuito inferior da economia (SANTOS, 2008).

Contudo, o Ver-o-Peso, e mesmo a região, sempre se apresentou funcionalmente como espaço comercial, porém pujante em sociabilidades, relações, representatividades, hábitos, práticas, saberes, estigmas, imaginários e outros aspectos que fogem ao caráter mercantil<sup>3</sup>. Constitui um local intimamente atrelado ao cotidiano belenense, tanto urbano quanto rural, ligado pelas águas, sendo essas que o margeiam não uma ponte entre essas formações, mas um plano no qual elas se encontram e amalgamam. Era e é o principal local onde moradores citadinos, das ilhas e ribeirinhos se relacionam, com os produtos e entre si, ação que não apenas acontece devido ao Ver-o-Peso, mas forma, também, o próprio.

A rede econômica e social que se tece não restringe-se a região, mas age concretamente no contexto da cidade: pelas inúmeras linhas de ônibus que se destinam a feira, de todos os pontos da cidade e mesmo municípios vizinhos; pelos eventos culturais e políticos; pelas ações públicas, turísticas e escolares, entre outros. São expressões que se canalizam e expandem em tal local, pois esse é não é só “do cotidiano” como também um lugar vívido de pertença<sup>4</sup>, representação, identidade e memória, seja coletiva ou individual (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989, 1992)

Essas razões configuram um caráter de “emblema oficial da cidade”, e mesmo ao Estado como coloca Campelo (2010, p. 45), associando tanto o local, as pessoas que com ele interagem e os produtos como a imagem de Belém, do Pará e assim, como uma expressão da cultura da região.

---

<sup>3</sup> Ver mais em Leão et al. (2017)

<sup>4</sup> A noção de pertencimento acontece pelas relações sociais de confiança e reciprocidade, capazes de criar laços afetivos, gestão de compartilhamento de recursos e fatores de produção, criando um ambiente de múltiplas correspondências menos assimétricas e horizontalizadas (OLIVEIRA NETO, 2016)

Os artigos comercializados no Ver-o-Peso são divididos em setores e compreendem variados elementos: açaí, pescado e outros frutos do mar, frutas, verduras, legumes, temperos, carne, farinhas, maniva, polpas, embutidos, castanhas, refeições prontas, lanches, salgados, roupas, redes, utensílios domésticos, ferragens, artesanato e artigos a partir de insumos naturais – esses últimos concentrados no Setor das Ervas o qual será tratado logo mais.

Os produtos da feira carregam consigo uma intensa qualidade e propriedade relacionada à expressão amazônica. As frutas, verduras, leguminosas, o pescado, o artesanato e as ervas, são provenientes na sua maioria das ilhas e interiores do Estado, produzidos por ribeirinhos, quilombolas, indígenas e interioranos. Contudo, a feira convive também com produtos industrializados ou de grandes produções agrícolas adquiridas por meio do CEASA, o que causa certa homogeneização de insumos não característicos da região, assinalando a convivência de produtos de produção local e exôgena.

Os produtos do Setor das Ervas são aqui tratado como representantes materiais de um entremeio dessa configuração, uma vez que os insumos e o saber que envolve suas produções são profundamente associados a um contexto não urbano e tradicional, porém se expressam, configuram e visam não apenas o consumo, mas uma maneira urbana de interação e manifestação. Tal fato ocorre de maneira direta ou indireta, consciente ou inconsciente. Percutaremos a diante a situação.

## 2. Etnoecologia, saber tradicional e o Setor das Ervas do Ver-o-Peso.

O Setor das Ervas fica entre duas construções no Ver-o-Peso: o Solar da Beira e o Mercado de Peixe. Ainda que não possua grandes dimensões, ocupa um lugar de destaque como integrante do Complexo – e e por sua vez, na cidade.

É focado na venda de águas de cheiro, ervas, unguentos, raízes, partes de animais, pomadas, cosméticos e outros similares artesanalmente produzidos de cura espiritual e tratamento fisiológico. Esses artigos são frutos de um conhecimento tradicional transmitido geracionalmente e materializam tais saberes no âmbito social, cultural e econômico, refletindo na relevância desses sobre a sociedade belenense – e mesmo em outros lugares/pessoas que também creditam e afirmam, segundo as suas expectativas e necessidades próprias.

Trata-se os conhecimentos tradicionais como uma reunião de saberes e práticas em relação ao mundo natural e/ou sobrenatural perpassado geracional e oralmente. As noções que envolvem tais saberes envolvem ligações flexíveis entre o mundo natural, inclusive seu aspecto sobrenatural, e a organização social (DIEGUES et al., 2000). Em geral, são associados às comunidades tradicionais. No entanto, as erveiras e erveiros do setor não pautam se visualizam como uma comunidade tradicional, mas se percebem inseridas urbanisticamente como seres individuais e coletivos; contudo reconhecem as ligações e ancestralidade dos conhecimentos teóricos e práticos para a coleta, feitura e uso de seus artigos, figurando assim um saber próprio repassado de geração em geração e de sintonia com o meio natural amazônico.

É dessa forma que se usa o prisma da etnoecologia, o qual trata, sistematiza e compreende as percepções e interações que grupos e indivíduos humanos sobre o ambiente natural e suas interações ecológicas (DURAND, 2002; SOUSA et al., 2015), valorizando o olhar e a interpretação desses<sup>5</sup>. Essa propriedade consegue fundamentar análises sobre os saberes tradicionais, uma vez que esses devem ter sua interpretação relacionada com a cultura em que se gera e relaciona (DIEGUES et al., 2000).

Estudando as correspondências entre a sociedade, grupo ou indivíduo com a natureza, a etnoecologia trata-se de uma área de conhecimento interdisciplinar que atua sobre as relações do ambiente e cultura, mas principalmente sobre as concepções, manejos, práticas entre tais culturas e as plantas, animais, minérios e propriedades naturais no meio ambiente<sup>6</sup>. Quando canalizada com a antropologia em sua capacidade metodológica, teórica e empírica tais estudos podem basear análises qualitativas, que ponderam sobre as interpretações e maneiras de manejo e relação do saber local passado geracionalmente, como ações aplicadas visando ordens práticas de sustentabilidade e preservação.

---

<sup>5</sup> A etnoecologia teve o fortalecimento de seu desenvolvimento marcado pela descrição desses modos de classificação das comunidades tradicionais, seja pelos elementos orgânicos como plantas e animais, quanto pelos inorgânicos, como solo, minérios, clima (DURAND, 2002). De modo geral sua análise acabou sendo mais quantitativa do que qualitativa, ao trabalhar mais sobre essas classificações e menos sobre as relações de conceitualização e percepção das estruturas sociais e culturais. Isso não significa que não possa atuar dessa forma, inclusive, é por meio dessas avaliações qualitativas que melhor pode agir aplicadamente.

<sup>6</sup> Como coloca Oliveira et al. (2009), os estudos de caráter etnobotânico já estão abarcando tanto sociedades industrializadas como não-industrializadas, incluindo ou não populações tradicionais.

A etnoecologia, ao tratar do contexto sociocultural dos usos dos insumos naturais em práticas e técnicas transmitidas geracionalmente, pode ser um canal de análise sobre os saberes que se relacionam com a produção das erveiras e erveiros, conglomerando observações, apreensões e noções prévias e vivências – o que gera um saber que se materializa não apenas nos produtos, mas nas práticas socioculturais e rotineiras do setor, do Ver-o-Peso, da cidade e mesmo de outros.

A prática do comércio de banhos de cheiros, unguentos, garrafadas e amuletos é presente na cidade de Belém desde o assentamento oficial do Ver-o-Peso, como discorre Lucielma Silva (2018) sobre os primeiros registros da prática, advinda de mulheres negras que comercializavam tais produtos a partir dos seus conhecimentos sobre as ervas e outros insumos. Como apresenta, o comércio desses produtos envolve e se fundamenta em preocupações e anseios voltados as questões espirituais, de curanderia ou feitiçaria; envolvendo aspectos de pajelança e outras práticas religiosas de matriz africana.

Ao tratar tanto do domínio natural quanto cultural, percebendo esse último como a realidade que permite as percepções, compreensões, opiniões e ações sobre; a prática etnoecológica quebra com uma separação dual desses dois pontos, iniciando uma relação dialógica entre esses. Dessa forma, visto que a etnoecologia sustenta a percepção que as crenças, modos, hábitos, práticas e manejo de recursos como pontos que associam-se com o saber local (CAMARGO et al. 2014), percebe a pujança da proximidade das erveiras e erveiros com as folhas, raízes, frutos, óleos, pedaços, minérios e outros elementos naturais; seja em nível concreto, fitoterápico, seja em nível subjetivo ou espiritual, com os usos corretos de feitura, conservação e uso para cada particular utilidade.

Se a etnoecologia é uma ampla cadeia de estudos que permite a contextualização das práticas etnobiológica em suas relações culturais, ela abrange outros campos mais direcionados, tal qual a etnobotânica, que circunda, quanti e qualitativamente, os processos que vão desde o entendimento sobre a potência dos insumos, as maneiras corretas de extração – se for o caso – ou mesmo conservação até a lida de sua elaboração.

Assim sendo, analisar a presença das erveiras e dos erveiros no Ver-o-Peso é considerar em seus conhecimentos, também, o aspecto da etnobotânica, que contextualiza e detalha os usos das plantas pelos grupos tradicionais.

## 2.1 O Setor das Ervas e a relação com as comunidades tradicionais.

No Brasil, a conceitualização de povos e comunidades tradicionais está associada a normas de valorização da diversidade cultural de organismos internacionais como a Unesco e a Organização Internacional do Trabalho. Definiu-se que a cultura tradicional e popular seria baseada em noções como tradição e reconhecimento cultural e social, relacionando normas e valores a partir de aspectos da transmissão oral ou outras práticas, abrangendo língua, crenças e costumes, rituais, mitologias e produções como artesanato, música, dança, entre outras expressões particulares (MORAIS; JAIME, 2017). No entanto, a categorização de “povos tradicionais” ou “comunidades tradicionais” não é unânime na academia, o que demonstra a variedade de configurações socioculturais e seus processos de reconhecimento, que não dizem apenas as questões identitárias como de direitos (DE SOUSA, 2017).

O contexto amazônico de populações tradicionais não indígenas possui uma intensa relação com o extrativismo aquático ou florestal e com uma produção voltada a subsistência familiar, com venda de excedentes. Em geral ribeirinhos, convivem e se relacionam com as várzeas, rios e mata; adquirindo um amplo leque de conhecimento sobre frutas, plantas medicinais, fibras, resinas e tinturas a partir da observação e experimentação (DIEGUES et al., 2000), elementos e processos naturais que estão diretamente ligados ao contexto do ambiente em que situam-se. Tais comunidades se conectam e convivem com a flora e fauna, com os ciclos lunares, cheias e vazantes, sazonalidade.

Como visto, o Ver-o-Peso, ainda com suas transformações nos fluxos urbanos, está fortemente associado com a realidade fluvial e ribeirinha, vinculando a cidade urbana o interior. Como coloca Campelo (2010), a relação é tão profunda que existem ilhas que dependem do Complexo, tanto para venda como compra. Sobre esse aspecto, as erveiras e erveiros que possuem majoritariamente a procedência dos seus insumos por meio dos

marreteiros/atravesadores ribeirinhos, além do seu próprio saber, interagem com o respectivo conhecimento tradicional desses.

As feirantes do Setor das Ervas, mesmo que influenciadas por uma esfera berrante que seus produtos – e mesmo elas – agem como forças místicas, profundas e detentoras de saberes naturais e não urbanos, mantém uma relação próxima com a realidade cidadina, posicionando-se como integrantes dessa. No entanto, é perceptível como carregam e transformam materialmente saberes que, não só passados geracionalmente, proveem de conhecimentos tradicionais anteriores<sup>7</sup> e mesmo atuais, sejam de influência externa como noções próprias.

### 3. A Cidade e o Setor das Ervas.

A presença de erveiras e erveiros esteve desde as estruturas iniciais do Ver-o-Peso e da cidade de Belém. Essa circunstância dotou tais atores, suas práticas e produtos de um firme imaginário sociocultural e religioso na cidade e em outros lugares ou conjuntos onde tal realidade é validada, formando um dos componentes culturais representativos centrais do município (SILVA, 2018). Tal fato expande contemporaneamente com a presença da mídia e dos órgãos governamentais que enxergam na situação um potencial econômico baseado na atratividade turística pensada sobre um véu de exotismo.

#### 3.1 Cidades e os processos contemporâneos de gentrificação

As cidades urbanas configuram-se de maneira altamente dinâmica, mutável e estimulante, sob um prisma benéfico ou maléfico ao indivíduo. Possuindo um forte e singular impacto sobre a psicologia humana e as relações sociais (SMITH, 2014). Contemporaneamente, organizam-se sobre uma temporalidade acelerada dotando as realidades cidadinas dessa característica e de outras particularidades atinentes que retratam e definem a cidade (MEDEIROS, 2010).

Desde os anos 1950 os centros das cidades começam a decair em sua relevância simbólica, então processos visando à renovação urbana dessas áreas começam a entrar

---

<sup>7</sup> Como argumenta Lucielma Lobato Silva (2018) sobre a influência dos conhecimentos advindos das religiões de matriz africana

em pauta a partir da década de 1990, por parcerias entre o poder público e iniciativas privadas. Esse andamento, principalmente em cidades turísticas, segue uma linha higienista e mesmo gentrificadora (JAYME; TREVISAN, 2012).

Essas intervenções transpassam campos de embates baseados na territorialidade, a qual se forma com as relações de poder com a apropriação de partes da cidade; dessa forma os territórios são campos de conflito pelos variados atores que interagem com tal e produzem o espaço urbano. Sendo as territorialidades um suporte material, ainda que talvez imaterial, iniciam-se ações de reivindicação e direito sobre o local e a cidade. O público mistura-se com o coletivo e/ou grupo (MEDEIROS, 2010; HAESBAERT, 2002).

Os embates são estimulados, também, por ações gentrificadoras. Ainda que a gentrificação seja uma ação presente em todo o contexto mundial e sem um consenso definitivo sobre sua conceitualização, percebe-na nas intervenções realizadas nos centros das cidades, pretendendo uma valorização da região como local de consumo, lazer, cultural (JAYME, TREVISAN, 2012) seja por meio de iniciativas públicas ou privadas, agindo materialmente com edificações, estrutura urbana, mobilidade e acesso, ou imaterialmente, retrabalhando e redirecionando hábitos e costumes ou práticas do dia-a-dia. Essa situação vai de encontro com as territorialidades prévias, que pelo ordenamento histórico configuram e utilizam o centro citadino de maneira outra que os usos eventuais ou frouxos das classes médias e altas, que são as visadas no processo de gentrificação.

Esse modo de gentrificação trabalha com a revalorização a partir de uma importância conferida da história e cultura local, pensando em medidas higienistas de adequação aos padrões internacionais e não locais, refletindo um interesse econômico; torcendo a imagem da cidade de maneira a atribuir novos sentidos ao passado relacionado a uma qualidade de patrimônio (CERTEAU, 2003; JAYME, TREVISAN, 2012; LEITE, 2002), o que corresponde à concepção de vínculos identitários e representativos, baseado em memória, tradição, afetividade e pertença (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989, 1992). A situação pode dar início a uma série de conflitos a medida que os grupos prévios aceitam ou não essas novas ações sobre o espaço urbano.

A cultura é manejada então como um efetivo e atrativo diferenciador, sendo o campo desejado para a ação dos projetos de revalorização e revitalização que visam um



amoldamento e correspondência com o contexto global. A cultura torna-se mercantilizada<sup>8</sup>, de forma que aconteça um direcionamento do antigo e cultural não em aspectos de preservação, mas valorização como produto. Essa situação vincula-se as práticas de entretenimento e turismo, segundo os gostos palatáveis ao mercado econômico (JAYME; NEVES, 2010).

Contudo, como coloca Leite (2004) os espaços urbanos podem sofrer “contra-usos”, quando insurge com as iniciativas reguladoras e padronizadoras, diferindo na demarcação simbólica e socioespacial esperada. É um momento onde a territorialidade e seus aspectos de pertencimento e direito influem nas práticas urbanas e sociabilidades, impelindo as ações gentrificadoras.

### 3.2 O contexto belenense

Belém enquanto cidade dispõe da condição de metrópole, que se caracteriza com o crescimento citadino convergindo em uma área de influência econômica e de gestão expressiva, mesmo que seja regional (MEDEIROS, 2010). Nas últimas décadas tanto a gestão Pública Municipal quando Estadual iniciou ações na cidade visando à ampliação, estruturação, modernização e readequação dos espaços, que trouxe repercussões com as organizações prévias territorializadas como trabalhado por Medeiros (2010)

Os primeiros projetos se circunscreveram na revitalização por meio do reuso do São José Liberto, o Complexo Feliz Lusitânia e a Estação das Docas; tais lugares desconsideraram e desarticularam, respectivamente, moradores do entorno; práticas econômicas populares prévias e o uso do terminal de transporte fluvial, antes de utilização por parte dos ribeirinhos e agora para uso recreativo e de turismo. O Mangal das Garças construção pensada para traduzir características da flora, fauna e arquitetura da cidade também teve sua construção com relevância apartada dos moradores da região. Procurou-se transformar esses locais entendidos como decadentes em novos e produtores atrativos (TRINDADE JUNIOR, 2018) que traziam um potencial histórico-cultural orgânico.

Essas iniciativas tiveram sua estruturação pouco condizente com as práticas cotidianas populares do comércio, das feiras e portos que são intensas na área central belenense e

---

<sup>8</sup> Ver mais em Veloso (2006).

denotam fortes aspectos sociais, culturais e históricos da cidade, das sociabilidades e das redes de ligação e relações com a floresta amazônica. A cultura torna-se o grande conglomerador que liga a rentabilidade e a noção de patrimônio arquitetônico – e por que não, cultural? – da cidade para a revalorização dessas áreas centrais que repercutirá na dinâmica econômica.

É um projeto de cidade que se torna supressor e desfigurador, por suas qualidades gentrificadoras, das práticas de classes não visadas ou mesmo não percebidas ou consideradas; utilizando-se da cultura para legitimar uma identidade produzida que pode ser compreendida como “imagem-marca” de Belém (LEÃO et al., 2017). Dessa forma, o poder público age em promover determinado bem comum, mas entra em debate com outros grupos que compõem e estão presentes nas relações e disputas do ambiente citadino urbano. Com o tempo, com coloca Medeiros (2010) esses espaços tendem a se tornar cada vez mais eletivos em detrimento do coletivo; no caso belenense, tal configuração age perante sua imagem e elementos particulares: os rios, a população interiorana, as sociabilidades produzidas nos circuitos inferiores, entre outros aspectos socioculturais e subjetivos.

### 3.3 O contexto do Ver-o-Peso

Um segundo momento de projeto para revitalização do centro de Belém surgiu com a primeira gestão do então prefeito Edmilson Rodrigues, que visava uma reestruturação do Complexo do Ver-o-Peso agindo nos aspectos sanitários e de conservação. A feira teve uma padronização incomum à realidade belenense em alguns dos seus diversos setores; iniciaram-se propostas sobre a quantidade e tamanhos dos boxes em cada setor, sobre alteração das coberturas de lona por telhas específicas que acabariam com o aspecto de feira dotando uma característica de mercado fixo e fechado. Houve também discussões sobre os vendedores ambulantes que transitam pela feira e que não possuem lugar próprio. Além disso, ocorreram hiatos sobre alguns setores, como a Pedra do Peixe e a Feira do Açaí, além de setores não pontuados, como o das Polpas (LEÃO et al., 2017).

Essas ações foram vistas tanto positivamente como negativamente e, majoritariamente, um pouco de cada. As vendedoras e os vendedores do Ver-o-Peso em sua maioria apontam muitas vantagens com a reforma feita, ainda que não completa segundo o

projeto. A questão da higiene, do espaço e da melhoria nos fluxos de trânsito e condições de trabalho são constantemente frisadas, porém, em maior ou menor grau, percebe-se um embate sobre imposições que alteram as lógicas da iniciativa do poder público, principalmente quando limita-se o diálogo. A resistência pôde vir tanto no discurso das e dos comerciantes quanto em suas apropriações e práticas do espaço e de suas estruturas, redelimitando áreas e criando novas formas de utilidade e execução. É a noção de “contra-uso” (LEITE, 2004) empregada a partir daqueles que não só frequentam todo dia o Ver-o-Peso como a própria feira faz parte da dinâmica social, afetiva e familiar daqueles que a compõe.

### 3.4 O contexto do Setor das Ervas

A modernidade citadina age sobre novos direcionamentos referentes à representação de Belém. Sendo a preservação das relações socioculturais e a memória ações que integram a imagem de um conjunto social, as ações públicas de gentrificação desarticulam realidades e constroem outras novas, mais dadas aos padrões externos. Destacam-se desvantagens: mudanças sociais, culturais, políticas e ambientais que não incorporam, ou fracamente e artificialmente o fazem, a população que já fazia parte do contexto deteriorado que se pretende rearranjar. Além disso, pouco pensando as necessidades desse circuito inferior da economia e as classes populares, o poder público peca no fortalecimento e melhoria desses, em nome de um padrão externo variável.

Contudo – considerando a urbanidade e o aspecto da metrópole, que se vincula politicamente, economicamente e socialmente com outras localidades, nacionais ou internacionais –, opor-se ou rejeitar novas realidades ou o que as impulsiona é, se não prejudicial, no mínimo inviável. O uso midiático, político e econômico que procura incitar aspectos de entretenimento, turismo, exotismo, lazer, devem ser analisados e manejados de maneira a assegurar a soberania e autoridade de conjuntos, citadinos ou interioranos, que têm suas estruturas e modos de vida imbricados, aqui com o Ver-o-Peso e o Setor das Ervas, de maneira que esses não são só locais de passagens ou uso eventual, mas constituintes de suas práxis e ethos.

As influências da sociedade capitalista urbana se faz presente por meio das relações econômicas de mercado, nem sempre em consonância com práticas menos

industrializadas, principalmente se possuindo também vínculos com comunidades tradicionais, com suas organizações cronológicas; de produção, produtor e produto outras (DE SOUSA, 2017) que podem se tornar mercadoria.

O Setor das Ervas deve ser entendido com a configuração urbanística que o envolve, permitindo situá-lo perante uma paisagem maior, pensada em um centro urbano. A característica elástica que a cidade possui configura, por sua vez, espaços com suas narrativas próprias, ainda que não desvinculados de outros, tal qual com o Ver-o-Peso e, também, o Setor das Ervas. Assim sendo, deve-se considerar o setor e suas expressões como próprias, mas em diálogo com o macro, uma vez que esse mesmo fortalece as configurações mais específicas da seção das ervas, no que pensamos as relações comerciais, sociais, culturais e subjetivas. Ainda sim, o setor, com suas relações etnobotânicas e etnoecológicas, seja por meio dos atravessadores ou do conhecimento tradicional das erveiras e erveiros, intrinca-se por seu potencial mercadológico versado no exotismo e autenticidade.

Contudo, as feiras possuem uma marcante atividade orgânica (MEDEIROS, 2010) e em nada difere-se o Setor das Ervas. Seu forte apelo comercial, não só por sua atuação real e operante no contexto da cidade e população belenense, mas também em um contexto de mercado turístico é apropriado e retrabalhado pelas erveiras e erveiros, se afastando e trazendo suas particularidades próprias e orgânicas de relação e sociabilidade.

Ações que tornaram-se mais agressivas e ameaçaram a soberania do setor suscitaram, por exemplo, a formação da Associação Ver-as-Ervas, surgida após a intervenção do Ministério Público Estadual e do Meio Ambiente sobre o uso indevido dos saberes tradicionais das erveiras por parte de uma empresa de cosméticos. Assim, houve um fortalecimento, não só social e afetivo, mas político do coletivo no setor, reforçando sua *territorialidade* e agindo quanto seus direitos e reivindicações.

#### 4. Conclusões finais.

O Setor das Ervas acompanha durante todos esses séculos, segundo suas especificidades próprias e temporalidades, a estruturação do espaço urbano, transmitindo a cultura e as práticas regionais, que não se restringem em simples compra, mas em local de trocas e socialização entre os feirantes, entre consumidores. Essas ligações criam vínculos

subjetivos com os produtores, os produtos e principalmente o saber tradicional com suas potencialidades imateriais e materiais. É um espaço que tem se mostrado permissivo à manutenção e renovação dos atributos e hábitos regionais no contexto da cidade, tão assim urbana, pela identidade e memória sobre o espaço e lugar.

A interação do setor e o que ele representa, com contexto urbano e mercadológico quando analisadas pelo prisma das práticas etnobotânicas circundadas pelo viés etnoecológico apontam, trabalham e consideram as relações e vínculos com a realidade social, econômica, cultural e política urbana em relação com o meio ambiente natural; não tratando como pontos apartados.

Observa-se que as erveiras e erveiros estão em interação coeva e ativa com a cidade, utilizando de seus geracionais conhecimentos tradicionais de maneira a atuar com solidez sobre os vários processos urbanos hegemônicos, tais quais o comércio, o turismo, a mídia, o patrimônio, a sustentabilidade, o exotismo. Esse entrelaçamento de um saber tradicional com práticas contemporâneas e de uma amplitude globalizante (FRAZÃO-MOREIRA, 2015) deve colocar as comunidades locais em um processo de possibilidade de agencia de transformação desses mecanismos aos quais se relaciona a maneira de se favorecer e pensar um desenvolvimento que seja ansiado e harmonioso de acordo com suas próprias convenções e convicções.

O uso de amuletos, ervas, animais e produtos derivados convivia, como colocado por Silva (2018) já durante a modernização da cidade no contexto da borracha e se mantém hoje com os processos de gentrificação, postulando o potencial dos saberes tradicionais em suscitar práticas na realidade, seja como uso ou atração. Esquecer essa relação como dois pontos apartados e opostos permite valorizar os processos de interação; fomentando outros debates que surgem a partir dela, como o empoderamento local a partir das associações, com sua cultura e meio, pensando a elasticidade e dinâmica em polo positivo ou negativo dessas, de maneira a expressar com maior especialidade suas afirmações, crenças, subjetividades e identificações.

As erveiras e erveiros em seus modos, ações e estratégias mercadológicas afirmam-se no mundo público como uma figura pública de autoridade que respondem a demandas que esses materiais se relacionam; como o turismo. São relações subjetivas em nível individual e coletivo, expressando uma dinâmica que envolve saber tradicional e demanda urbana.

Infere-se então, que os saberes tradicionais devem ser abordados de forma relacional com o contexto urbano de consumo, sendo esse de produtos, práticas, noções. Deve-se considerar e por em pauta teorias e campos que compreendam os atores, erveiras e erveiros, como agentes em relação com natureza – como a prática etnobotânica e etnoecológica – e também condutores dos diálogos entre o saber tradicional e as ações urbanas hegemônicas, considerando a maneira como os dois “modelos de ação” divergem e convergem em planos de ação de consumo. Assim, que se possa usufruir ou construir novas atitudes – com um sustento etnoecológico – no ambiente citadino, que comporta variados grupos, influências, territorialidades e anseios; estando primeiramente atento e sensível as aspirações locais ao invés de sustentar direcionamentos exógenos e hegemônicos que não admitem as múltiplas possibilidades advindas do encontro e a coexistência entre o local e o global, o tradicional e moderno da estrutura metropolitana.

Dessa forma, é possível perceber novos hábitos, relações e práticas derivadas dessa convergência, que acabam por manejar outras formas de lidar com o espaço, com os consumidores, com colegas da feira, com as ações políticas, econômicas e mesmo com as culturais. É uma configuração que difere-se da imposição dominante e externa, ainda que se relacione com tal; resistindo e mantendo a valorização dos produtos, do saber e das práticas de forma afinada com o panorama citadino, considerando as suas próprias pretensões, porém em relação

## REFERÊNCIAS:

CAMARGO, Flora Ferreira; SOUZA, Thaianny Rodrigues de; COSTA, Reginaldo Brito da. Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p.353-360, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1518-70122014000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CAMPELO, M. M. Conflito e espacialidade de um mercado paraense. In: LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010. p. 41-68.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano (morar, cozinhar). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos et al (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Nupaub - Usp, 2000.

DURAND, Leticia. La relación ambiente-cultura en antropología: recuento y perspectivas. **Nueva Antropología**. p.169-184. 2002.

FRAZÃO-MOREIRA, A. Ethnobiological research and ethnographic challenges in the “ecological era”. **Etnográfica**. v. 19. n. 3, p. 605-624

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno Crh**, [s.l.], v. 23, n. 60, p.605-617, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792010000300011>.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.359-377, 18 nov. 2012. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2012.2.11933>.

LEÃO, Ana Cláudia do Amaral et al. O Caso de Reforma do Ver-o-Peso e a Política Aversa À Cidadania. In: AGUM, Ricardo et al (Org.). **Escalas Amazônicas: artes visuais e políticas públicas**. Manaus: Valer, 2017. p. 128-136.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-172, jun. 2002.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As feiras livres em Belém (Pa)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MORAIS, Mariana Ramos de; JAYME, Juliana Gonzaga. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.268-283, 23 ago. 2017. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27020>.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.590-605, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-33062009000200031>.

OLIVEIRA NETO, Abraão et al. Coordenação do Comércio Atacadista de Pescado no Mercado do Ver-o-Peso, em Belém-Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 54, n. 3, p.483-496, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pg. 3-15.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade Social**. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pg. 200-2012.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



SILVA, Lucielma Lobato. Entre os cheiros e garrafadas: O trabalho das vendedoras de cheiro nas feiras públicas de Belém-PA em 1830-1890. **Revista Margens Interdisciplinar**, [s.l.], v. 11, n. 16, p.238-253, 9 jan. 2018. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v11i16.5395>.

SMITH, Monica L. The Archaeology of Urban Landscapes. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], p. 307-323. 2014.

SOUSA, Girlián Silva de; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônidas. **Novos Cadernos Naea**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.111-126, 6 out. 2017. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

SOUSA, Rodrigo Ferreira de et al. Etnoecologia e Etnobotânica da Palmeira Carnaúba no Semiárido Brasileiro. **Cerne**, [s.l.], v. 21, n. 4, p.587-594, dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/01047760201521041764>.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-clair Cordeira da. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 21, n. 1, p.57-78, jul. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5824/4752>>. Acesso em: 28 set. 2018.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia. v. 4, n. 1. p. 437-454